

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 145.706 - GO (2016/0065197-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA DE FAMÍLIA E SUCESSOES DE GOIÂNIA - GO**
SUSCITADO : **JUIZO DE DIREITO DA 2A VARA DE FAMÍLIA E SUCESSOES DE ARAGUAINA - TO**
INTERES. : **R A**
ADVOGADO : **JOSEAN PEREIRA DE SOUSA - TO004914**
INTERES. : **A E A**
ADVOGADO : **ROGÉRIO ELÍSIO DIAS DOS SANTOS - GO023568**
INTERES. : **A E A DE A**
INTERES. : **A E A**
INTERES. : **J L E A**
ADVOGADO : **ANTÔNIO PIMENTEL NETO - TO001130**

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C PETIÇÃO DE HERANÇA AJUIZADA CONTRA OS HERDEIROS DO *DE CUJUS*. EXISTÊNCIA, EM JUÍZO DIVERSO, DE ANTERIOR PROCESSO DE INVENTÁRIO, COM HOMOLOGAÇÃO DE PARTILHA DOS BENS, POR SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. AÇÃO DE ESTADO E DE NATUREZA PESSOAL. ART. 94 DO CPC/1973. NECESSIDADE DE QUE A AÇÃO TENHA ANDAMENTO NO MESMO JUÍZO EM QUE TRAMITOU A PRIMEIRA. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE E DA ECONOMIA PROCESSUAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência sendo suscitante o Juízo de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões de Goiânia-GO e suscitado o Juízo de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Araguaína-TO.

Narram os autos que R. A. ingressou com ação de investigação de paternidade c/c petição de herança em desfavor de A. E. A. e outros, pleiteando o reconhecimento de sua filiação e, em consequência, de sua condição de herdeiro de L. B. A., com a declaração de nulidade da partilha.

A demanda foi proposta, inicialmente, perante o Juízo tocantinense, que

Superior Tribunal de Justiça

declinou da competência para o Juízo de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões de Goiânia-GO, aos seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 183):

No presente caso o autor pretende que seja reconhecida sua filiação parental com o *de cujus* e os seus irmãos, ora, requeridos, demandando ação de investigação de paternidade cumulada com petição de herança. Assim, pretende, com o reconhecimento de sua origem genética, ver reconhecida sua condição de herdeiro e, caso seja procedente, a nulidade da partilha, que “inexistente” para o autor, portanto ineficaz.

Entretanto, ao propor a ação neste juízo peca o demandante, pois nesse diapasão, o foro competente para processar a ação de investigação de paternidade e petição de herança é o foro do domicílio dos réus, nos termos do artigo 94 do Código de Processo Civil.

Por sua vez, ao receber os autos, o Juízo goiano suscitou o presente conflito, nos termos seguintes (e-STJ, fl. 4):

(...) penso inexistir à relação de conexão necessária ao processamento da presente ação de investigação de paternidade perante este juízo, embora aqui tenha tramitado a ação de inventário, mesmo porque, este já se encontra findo, arquivado definitivamente (fora baixado definitivamente ao arquivo em 19/03/2013, apesar de sentenciado em 17/12/2010). Desta forma, respectivamente divergindo daquele duto entendimento que motivou à remessa destes autos a este Juízo, concluo que este Juízo da 3ª Vara de Família e Sucessões de Goiânia não é o competente para processar e julgar o presente feito.

Instado, o Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo suscitado (e-STJ, fls. 213-234).

Brevemente relatado, decido.

Tem-se conflito negativo de competência com origem em ação de investigação de paternidade c/c petição de herança, tendo em vista a existência, em juízo diverso, de anterior processo de inventário, já concluído, com homologação de partilha.

Consoante dispõe o art. 96 do CPC/1973 (correspondente ao art. 48 do CPC/2015), "o foro do domicílio do autor de herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro."

Superior Tribunal de Justiça

Essa regra especial de fixação de competência, entretanto, não incide quando já encerrado o inventário, com trânsito em julgado da sentença homologatória da partilha, o que se verifica no caso (CC n. 51.061/GO, Relator o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Segunda Seção, DJ de 19/12/2005).

Na hipótese em análise, o fundamento a respaldar a ação de investigação de paternidade c/c petição de herança - existência de um novo herdeiro até então desconhecido - é externo, alheio a qualquer circunstância levada em consideração no julgamento do processo de inventário e partilha, pois decorrerá da eventual procedência da investigação de paternidade.

Sendo assim, não se está diante das clássicas hipóteses de desconstituição de coisa julgada previstas nos arts. 485 e 486 do CPC/1973, porquanto, como já mencionado, não há vício a ser sanado no processo de inventário. A eventual nulidade da partilha, neste caso, advirá de mudança qualitativa posterior verificada na situação de fato antes considerada no julgamento do inventário, em decorrência do resultado de procedência da ação de investigação de paternidade a viabilizar a pretensão deduzida na ação de petição de herança. Essa causa externa afetará a partilha antes realizada, mas não por vício intrínseco desta.

Portanto, considerando que na ação de investigação de paternidade *post mortem* o polo passivo deve ser ocupado pelos herdeiros e não pelo espólio, notadamente no caso, em que a partilha já foi realizada por sentença transitada em julgado, e por se tratar de ação de estado e de natureza pessoal, a ação deverá ser processada e julgada pelo Juízo onde tramitou o inventário, nos termos do art. 94 do CPC/1973 (correspondente ao art. 46 do CPC/2015).

Nesse contexto, embora, em regra, a competência territorial não possa ser declinada de ofício (Súmula 33/STJ), os fundamentos invocados pelo Juízo de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Araguaína-TO se justificam, tendo em vista a necessidade de que a ação de investigação de paternidade c/c petição de herança tenha andamento no mesmo juízo em que tramitou a ação de inventário e partilha dos bens.

Isso porque o eventual acolhimento do pedido deduzido na referida ação ensejará uma nova partilha de bens, a ser executada mediante simples petição, sem

Superior Tribunal de Justiça

necessidade de propositura de ação anulatória, para a qual o juízo do inventário fica prevento para eventual sobrepartilha, o que demonstra a manifesta conveniência de o processo tramitar no Juízo de Goiânia-GO.

Diante do exposto, em observância aos princípios da efetividade e da economia processual, conheço do conflito e declaro competente o Juízo de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões de Goiânia-GO, o suscitante.

Comunique-se. Publique-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator